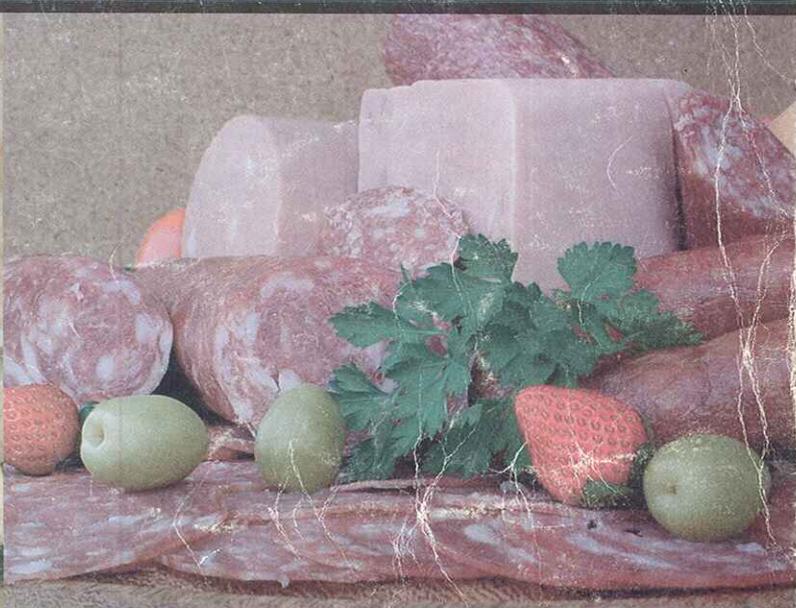


Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina



Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – Epagri/Cepa
Rodovia Admar Gonzaga, 1486 – Itacorubi
88034-001 Florianópolis, SC, Brasil
Fone: (48) 3665-5000, fax: (48) 3665-5010
Site: <http://cepa.epagri.sc.gov.br>

Editado pela Epagri/Gerência de Marketing e Comunicação (GMC).
Revisão: Laertes Rebelo
Editoração: Sidaura Lessa Graciosa e Zélia Alves Silvestrini
Revisão final: João Batista Leonel Ghizoni

Equipe de elaboração¹:

Tabajara Marcondes – Epagri/Cepa
Luiz Carlos Mior – Epagri/Cepa
Janice Maria Waituch Reiter – Epagri/Cepa
Marcia Mondardo – Epagri/Cepa

Colaboradores:

Clovis Dorigon – Epagri/Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (Cepaf)
Oswaldir Dalbello – Epagri/Gerência Regional de Concórdia

Revisão técnica: Dilvan Luiz Ferrari – Epagri/Cepa

Primeira edição: agosto de 2012 (*online*)
Segunda edição: novembro de 2012
Tiragem: 500 exemplares
Impressão: Epagri

É permitida a reprodução parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica

MARCONDES, T.; MIOR, L.C.; REITER, J.M.W.; MONDARDO, M. *Os empreendimentos de agregação de valor e as rede de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, 2012, 37p. (Epagri. Documentos, 238).

Agregação de valor – Santa Catarina; Agricultura familiar; Agroindústria familiar.

ISSN 0100-8986

¹ Esta análise não teria sido possível se não fosse o envolvimento direto de muitos colegas da Epagri. Um reconhecimento especial àqueles das estruturas locais e regionais responsáveis pela pesquisa de campo. Como a decisão de responder o questionário era voluntária, a pesquisa só foi viável pela elevada confiança dos empreendedores familiares nesses profissionais. Embora possível citar o nome da maior parte deles, para evitar injustiças, registramos esse reconhecimento e agradecimento a todos.

DOCUMENTOS Nº 238

Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina

Tabajara Marcondes
Luiz Carlos Mior
Janice Maria Waituch Reiter
Marcia Mondardo



Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

Florianópolis

2012

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
Rodovia Admar Gonzaga, 1.347, Itacorubi, Caixa Postal 502
88034-901 Florianópolis, SC, Brasil
Fone: (48) 3665-5000, fax: (48) 3665-5010
Site: www.epagri.sc.gov.br

Editado pela Epagri/Gerência de Marketing e Comunicação (GMC).

Revisão: Laertes Rebelo

Editoração: Sidaura Lessa Graciosa

Revisão final: João Batista Leonel Ghizoni

Equipe de elaboração¹:

Tabajara Marcondes – Epagri/Cepa

Luiz Carlos Mior – Epagri/Cepa

Janice Maria Waintuch Reiter – Epagri/Cepa

Marcia Mondardo – Epagri/Cepa

Colaboradores:

Clovis Dorigon – Epagri/Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (Cepaf)

Oswaldir Dalbello – Epagri/Gerência Regional de Concórdia

Revisão técnica: Dilvan Luiz Ferrari – Epagri/Cepa

Primeira edição: agosto de 2012 (*online*)

É permitida a reprodução parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica

MARCONDES, T.; MIOR, L.C.; REITER, J.M.W.; MONDARDO, M. *Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, 2012, 36p. (Epagri. Documentos, 238).

Agregação de valor – Santa Catarina; Agricultura familiar; Agroindústria familiar.

ISSN 0100-8986

O

¹ Esta análise não teria sido possível se não fosse o envolvimento direto de muitos colegas da Epagri. Um reconhecimento especial àqueles das estruturas locais e regionais responsáveis pela pesquisa de campo. Como a decisão de responder o questionário era voluntária, a pesquisa só foi viável pela elevada confiança dos empreendedores familiares nesses profissionais. Embora possível citar o nome da maior parte deles, para evitar injustiças, registramos esse reconhecimento e agradecimento a todos.

APRESENTAÇÃO

No processo de transformação estrutural da agricultura e do espaço rural brasileiro fica evidente o protagonismo dos agricultores familiares na busca de atividades econômicas que permitam sua reprodução social de maneira digna. No caso de Santa Catarina, não é recente o fato de muitos deles optarem por iniciativas como a agroindustrialização rural de pequena escala, o turismo rural, o artesanato e as atividades de prestação de serviços e, paralelamente a isso, construírem formas de organização que contribuam para a viabilização dessas iniciativas.

Apesar da clara sensação de estar havendo crescimento da importância socioeconômica e política dessas iniciativas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural estadual, persistia a necessidade de se dispor de informações atualizadas sobre essas iniciativas. Assim, a Secretaria da Agricultura e da Pesca e a Epagri realizaram um levantamento que, coordenado pela Epagri/Cepa, e envolvendo técnicos das estruturas estadual, regional e local da Epagri, contemplou três diferentes “tipos de empreendimentos” dos agricultores familiares catarinenses: a) agroindústrias; b) empreendimentos de turismo rural, artesanato, e prestação de serviços; e c) redes de cooperação, na forma de condomínios, associações e cooperativas.

Este texto contempla uma análise de cada um desses “tipos de empreendimentos” e deixa claras indicações de que existem muitos desafios para ampliar as possibilidades de sustentabilidade dessas atividades. A Epagri tem-se colocado como protagonista no enfrentamento desses desafios e agradece a todos que contribuíram para a elaboração deste documento, na expectativa de que ele contribua para as reflexões sobre a promoção do desenvolvimento rural catarinense e para as ações de apoio a esses empreendimentos.

A Diretoria Executiva

SUMÁRIO

Introdução	5
1 As agroindústrias rurais da agricultura familiar de Santa Catarina.....	7
1.1 Localização e importância socioeconômica	7
1.2 Características gerais.....	9
1.3 Apoios recebidos	13
1.4 Indicativos de interesses e necessidades dos empreendedores.....	15
2 Empreendimentos voltados a outras atividades de agregação de valor (turismo rural, artesanato, prestação de serviços e outros).....	18
2.1 Localização e importância socioeconômica	18
2.2 Características gerais.....	20
2.3 Apoios recebidos	23
2.4 Indicativos de satisfação e interesses dos empreendedores.....	24
3 As redes de cooperação (cooperativas, associações e condomínios).....	26
3.1 Localização e importância socioeconômica	26
3.2 Características Gerais das redes.....	27
3.3 Apoios recebidos	32
4 Considerações finais.....	34
Literatura citada	36

Introdução

O processo de transformação estrutural do espaço rural de Santa Catarina é um fato evidente. Entre seus pontos mais visíveis estão a concentração da produção e a redução do número de produtores de várias cadeias produtivas, a redução da população rural, a redução do número de “jovens rurais”, a dificuldade de sucessão nas propriedades rurais da agricultura familiar, a mudança na forma de ocupação das terras agrícolas (redução da área de lavouras temporárias e pastagens), a redução da produção para consumo próprio, a diminuição da diversidade produtiva das propriedades rurais (aumento da especialização), o maior controle do processo produtivo pelos segmentos fornecedores de insumos e compradores da produção, a intensificação das relações de mercado, a ampliação da importância de atividades não agrícolas na ocupação e renda de muitas famílias, entre outros pontos (Silvestro et al., 2001; Altmann et al., 2008; Marcondes, 2010; Mattei, 2010).

Nesse processo de mudança, ampliou-se o desafio para encontrar atividades econômicas que permitam a reprodução social de um importante contingente de agricultores familiares. Ainda que a maior parte das instituições e pessoas envolvidas com esse desafio concentre seus maiores esforços em atividades mais tradicionais, geralmente relacionadas às produções agrícola, pecuária e, em menor grau, florestal, nem sempre isso tem sido possível, pois a escolha mais adequada depende do ponto de vista das famílias dos agricultores, que encontram diferenciadas alternativas de ocupação e renda.

No caso de Santa Catarina, entre uma gama de opções, não é recente o fato de membros das famílias, às vezes, de famílias inteiras, de agricultores optarem por iniciativas como a agroindustrialização rural de pequena escala, o turismo rural, o artesanato e as atividades de prestação de serviços (Mior, 2005; Dorigon, 2008). Paralelamente a isso, houve o crescimento de organizações (cooperativas, associações e condomínios) cujos objetivos fundamentais estão relacionados à viabilização dessas iniciativas.

Apesar de a importância socioeconômica e política dessas iniciativas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural não ser nova, e de muitas delas terem contado com ações de apoio por parte de organizações públicas, privadas e de ONGs, não se dispunha de informações atualizadas sobre essas atividades². Assim, a Secretaria da Agricultura e da Pesca, por conta de necessidades decorrentes do Programa Santa Catarina Rural (SC Rural), e a Epagri, por conta do seu Programa de Gestão de Empreendimentos e Acesso a Mercados, os quais têm entre seus objetivos centrais a constituição e consolidação dos empreendimentos de agregação de valor do meio rural, decidiram realizar um levantamento acerca dessas atividades.

A pesquisa de campo foi coordenada pela Epagri/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa) e envolveu toda a estrutura da Empresa (estadual, regional e local). A aplicação dos questionários ocorreu no segundo semestre de 2010 e teve como objetivo levantar três tipos de empreendimento³: a) empreendimentos que processam produtos agropecuários (agroindústrias); b) empreendimentos voltados a outras atividades de agregação de valor (turismo rural, artesanato, prestação de serviços e vestuário); e c) redes de cooperação (cooperativas, associações e condomínios). Por isso, o levantamento foi denominado *Diagnóstico das agroindústrias e de outras atividades de agregação de valor, agrícolas e não agrícolas, e das redes de cooperação (condomínios, associações e cooperativas) da agricultura familiar, da pesca artesanal e da maricultura de Santa Catarina*.

² Em relação às agroindústrias, por exemplo, o último levantamento mais detalhado foi realizado em finais dos anos de 1990 (Oliveira et al., 1999). Fruto de uma parceria entre Epagri, Embrapa, UFSC e Cepagro, esse trabalho teve como objetivo levantar os empreendimentos de pequeno porte que processam produtos agropecuários (daí o nome Indústria Rural de Pequeno Porte).

³ Aqui a palavra tem uma conotação de ato de empreender/realização, já que algumas das iniciativas levantadas, particularmente no caso das redes, nem sequer têm uma estrutura específica que possa ser caracterizada como um empreendimento no sentido mais restrito, de empresa com estrutura física.

Embora a ideia fosse levantar informações sobre a totalidade de empreendimentos de posse (ou sob o controle) dos agricultores familiares, pescadores artesanais e maricultores, não é possível garantir que isso tenha ocorrido e, portanto, a pesquisa não pode ser considerada um censo. Além disso, esclarece-se que houve a definição de levantar apenas aquelas iniciativas que preenchessem os seguintes critérios: (a) que sistematicamente destinem sua produção ao mercado; (b) que gerem (ou possam vir a gerar) renda relativamente significativa para o(s) empreendedor(es); (c) que disponham de uma estrutura com espaço físico específico; (d) que sejam legalizadas ou passíveis de legalização; (e) que não se caracterizem apenas pela venda do excedente de consumo⁴.

Este texto contempla a análise de cada uma das iniciativas levantadas no campo (agroindústrias; outras atividades de agregação de valor; e as redes de cooperação)⁵. A análise das agroindústrias está estruturada em quatro itens: localização e importância socioeconômica; características gerais; apoios recebidos; e indicativos de interesses e necessidades dos empreendedores. Na análise das outras atividades de agregação de valor (turismo rural, artesanato, prestação de serviços e outros), embora se tenha procurado seguir a mesma estrutura, por limitações das informações da pesquisa de campo, o nível de detalhamento dos itens é menor. Na análise das redes de cooperação (condomínios, associações e cooperativas), na medida do possível se tentou seguir a mesma estrutura, mas como as informações disponíveis eram mais sobre o número e a forma de organização do que sobre detalhes das redes, procurou-se compensar as poucas informações com alguns cruzamentos entre elas e a estrutura ficou diferente das outras duas.

Além desta introdução, que objetiva contextualizar e apresentar o trabalho, e da análise de cada uma das iniciativas levantadas no campo, o artigo contempla também algumas considerações finais.

⁴ Esses critérios significaram a adoção de um conceito que leva em conta apenas as estruturas de produção, processamento e transformação que visam, sistematicamente, à produção de valor de troca (Mior, 2005). Iniciativas que visam ao autoconsumo ou à venda esporádica de excedentes não foram incluídas neste levantamento. No caso dessas iniciativas relacionadas ao meio rural, uma fonte de informação são os censos agropecuários: o de 2006 apontou quase 37 mil estabelecimentos agropecuários que processavam alimentos ou matéria-prima.

⁵ O artigo não contempla as iniciativas levantadas a campo (agroindústrias; outras atividades de agregação de valor; e as redes de cooperação) de posse ou sob o controle dos pescadores artesanais e maricultores.

1 As agroindústrias rurais da agricultura familiar de Santa Catarina

1.1 Localização e importância socioeconômica

A partir de levantamentos como este, realizado pela Epagri, é possível constatar como, eventualmente, a disponibilidade de informações pode mudar o reconhecimento acerca da importância socioeconômica de determinados setores ou de alguns dos seus segmentos. Esse pode ser o caso das agroindústrias familiares, cujas informações levantadas permitem constatar que se trata de uma atividade muito distante de ter importância apenas marginal. O significativo número de 1.894 agroindústrias cadastradas por meio deste levantamento é o primeiro indicativo da importância desse tipo de atividade para milhares de famílias rurais catarinenses, de maneira particular em algumas regiões do Estado (Figura 1).

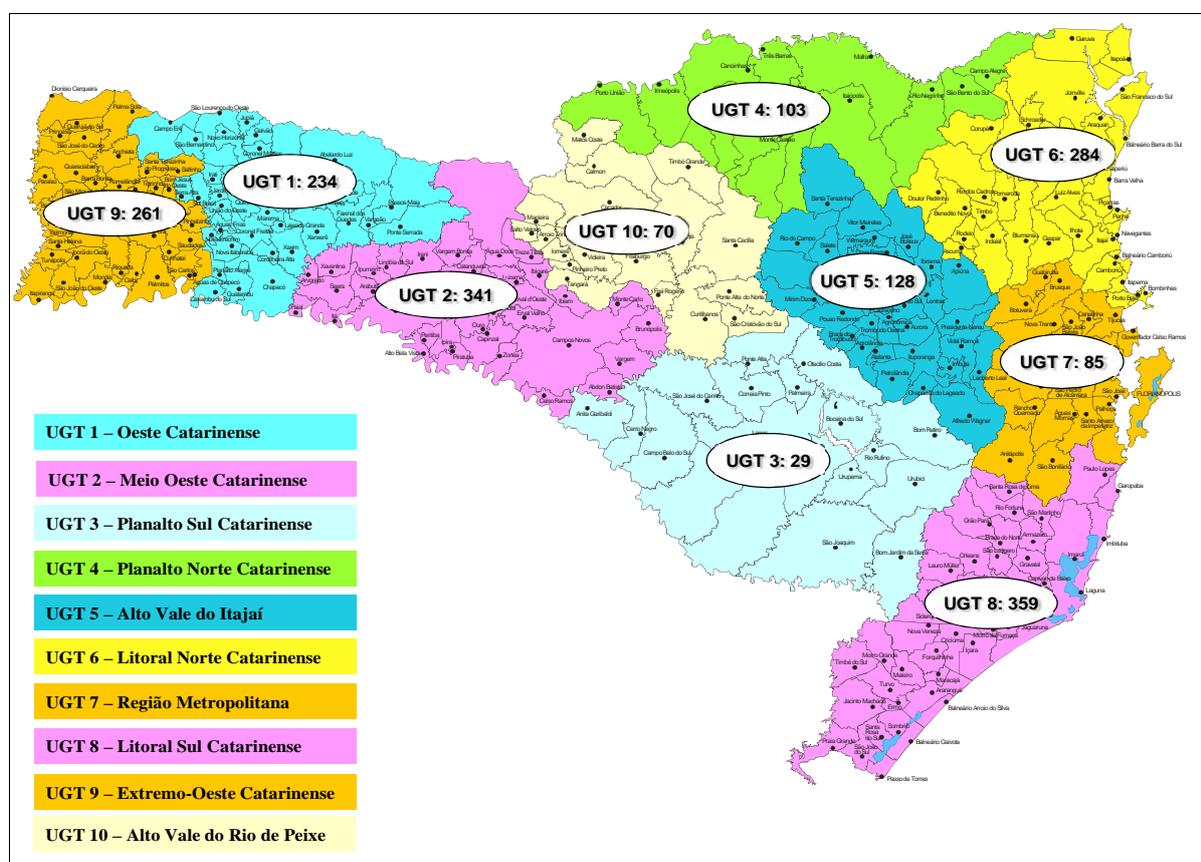


Figura 1. Distribuição das 1.894 agroindústrias segundo as Unidades de Gestão Técnica (UGTs) da Epagri

Essa expressiva quantidade é acompanhada também de importante diversidade (Tabela 1), o que indica tradição e conhecimento em “manipular” diferentes produtos e como, na busca da sua reprodução social, as famílias encontram alternativas complementares, já que não são poucos os casos de agroindústrias que trabalham com mais de um tipo de matéria-prima.

Tabela 1. Número de agroindústrias por tipo de produto, segundo as UGTs da Epagri (2009)

Produto	UGT/nº de agroindústrias ⁽¹⁾										Total ⁽¹⁾
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Frutas e derivados	40	64	6	21	18	81	29	58	40	37	394
Cana-de-açúcar e derivados	52	87	-	3	18	40	14	94	68	1	377
Massa/panificação	54	39	10	23	21	54	14	60	31	12	318
Leite e derivados	45	52	7	16	31	27	9	22	41	8	258
Mandioca e derivados	17	18	-	6	12	43	15	62	14	1	188
Hortaliças e derivados	13	29	1	13	12	41	17	23	20	7	176
Mel e derivados	10	16	6	13	15	17	7	17	14	3	118
Suínos e derivados	17	18	1	11	6	17	2	16	21	4	113
Ovos	8	34	-	8	2	7	6	18	19	2	104
Grãos e derivados	2	18	-	4	3	1	4	16	9	2	59
Aves e derivados	3	10	-	4	5	7	3	3	14	1	50
Bovinos e derivados	3	9	1	5	5	6	1	3	6	-	39
Outros ⁽²⁾	28	31	1	2	12	23	13	20	22	4	156
Total⁽²⁾	292	425	33	129	160	364	134	412	319	82	2.350

⁽¹⁾ A mesma agroindústria pode trabalhar com mais de um tipo de produto. Portanto, os números dessa tabela são superiores aos apresentados no mapa.

⁽²⁾ Pescado e derivados, madeira, palmáceas, ovinos e derivados, vassoura, erva-mate, plantas medicinais, etc.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Outro ponto que merece destaque é o significativo número de proprietários nas agroindústrias individuais e de sócios/cooperados nas grupais (Tabela 2).

Tabela 2. Número de proprietários e sócios/cooperados das agroindústrias (2009)

Agroindústria	Número de agroindústrias	%	Nº de pessoas ⁽¹⁾	%
Individual	1.647	87,1	4.333	61,0
Grupal	244	12,9	2.768	39,0
Total⁽²⁾	1.891	100,0	7.101	100,0

⁽¹⁾ Número de associados ou cooperados para as agroindústrias grupais ou de familiares para as individuais.

⁽²⁾ Não se obteve esta informação de três das 1.894 agroindústrias.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Esses números passam a ser ainda mais significativos quando se considera que muitas dessas pessoas são as mesmas que trabalham nas agroindústrias. Isso mostra que nas atividades de agregação de valor se repete uma das características marcantes da agricultura familiar, que é a relação direta entre a propriedade, o trabalho e a gestão das atividades, já que 80,1% da mão de obra é proveniente das próprias famílias (Tabela 3) e a quase totalidade é gerida pelos proprietários ou pelos sócios/cooperados, no caso das grupais.

Tabela 3. Pessoas trabalhando nas agroindústrias (2009)

Situação do trabalho	Familiar		Contratado		Total	
	Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%
Permanente	4.654	64,5	463	6,4	5.117	70,9
Temporário	1.127	15,6	971	13,5	2.098	29,1
Total	5.781	80,1	1.434	19,9	7.215	100,0

Nota: Os percentuais estão calculados em relação ao total de 7.215 pessoas.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

A pesquisa também tornou evidente que essas iniciativas repercutem positivamente, inclusive sobre aspectos migratórios. Ainda que essa repercussão seja mais no sentido das pessoas permanecerem do que retornarem, que ocorra mais com adultos do que com jovens⁶, e mais com pessoas do sexo masculino que feminino (Tabela 4), não deixa de ser importante, particularmente num contexto como o dos últimos anos, em que o número de pessoas ocupadas no meio rural decresce de maneira acentuada e sistemática⁷.

Tabela 4. Pessoas que permaneceram ou retornaram ao meio rural em função das agroindústrias (2009)

Sexo	Permaneceram			Retornaram			Total geral		
	Adultos	Jovens	Total	Adultos	Jovens	Total	Adultos	Jovens	Total
Masculino	1.608	529	2.137	199	87	286	1.807	616	2.423
Feminino	1.391	318	1.709	167	60	227	1.558	378	1.936
Total	2.999	847	3.846	366	147	513	3.365	994	4.359

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Além do grande número de pessoas envolvidas, as agroindústrias movimentam valores nada desprezíveis, especialmente aquelas em que as quantidades produzidas são mais expressivas e que trabalham com produtos de maior valor agregado (Tabela 5).

Tabela 5. Valor da produção das agroindústrias por tipo de produto (2009)

Produto	R\$	Participação (%)
Leite e derivados	23.123.849,30	17,0
Frutas e derivados	16.453.206,72	12,1
Suínos e derivados	13.919.852,24	10,2
Massa/Panificação	12.308.853,25	9,0
Bovinos e derivados	10.422.639,30	7,6
Mandioca e derivados	10.206.158,81	7,5
Cana-de-açúcar e derivados	10.192.243,57	7,5
Hortaliças e derivados	8.168.751,43	6,0
Ovos	6.165.539,90	4,5
Aves e derivados	5.353.063,90	3,9
Mel e derivados	5.321.046,00	3,9
Grãos e derivados	1.092.267,48	0,8
Outros ⁽¹⁾	13.589.112,71	10,0
Total	136.316.584,61	100,0

⁽¹⁾ Pescado e derivados, madeira, palmáceas, ovinos e derivados, vassoura, erva-mate, plantas medicinais, etc.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

1.2 Características gerais

Os responsáveis pelas agroindústrias (proprietário, sócio, administrador, gerente etc.) têm perfil um pouco diferente daquele dos dirigentes dos estabelecimentos agropecuários. Além de haver uma menor concentração de pessoas de faixas etárias mais elevadas, a principal diferença é

⁶ O conceito de “jovem” varia entre as áreas de conhecimento e instituições. Neste levantamento, tomando em conta alguns dados demográficos que indicam a faixa etária em que a maioria dos jovens rurais catarinenses tem decidido sobre permanecer ou sair do campo, considerou-se “jovens” as pessoas entre 15 e 24 anos.

⁷ Segundo dados dos censos agropecuários, o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina decresceu de 887,3 mil em 1985, para 571,5 mil em 2006 (ver Marcondes, 2010).

que 25% das agroindústrias estão sob a responsabilidade de mulheres (Tabela 6). No caso dos estabelecimentos agropecuários, essa participação alcançava “apenas” 7,5% (Marcondes, 2010). Além disso, grande parte dessas agroindústrias conta com jovens na execução das atividades⁸, o que amplia a possibilidade de haver sucessores familiares para a continuidade dos empreendimentos, fator que há bastante tempo vem sendo considerado uma das principais dificuldades por grande parcela de estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina (Silvestro et al., 2001).

Tabela 6. Faixa etária e sexo do proprietário ou responsável pela agroindústria (2009)

Anos	Feminino	%	Masculino	%	Total ⁽¹⁾	%
Menos de 25	22	4,6	61	4,3	83	4,4
De 25 a 34	52	11,0	129	9,1	181	9,6
De 35 a 44	128	27,0	288	20,4	416	22,0
De 45 a 54	132	27,8	430	30,4	562	29,8
De 55 a 64	73	15,4	293	20,7	366	19,4
65 ou mais	22	4,6	75	5,3	97	5,1
Sem resposta	45	9,5	139	9,8	184	9,7
Total	474	100,0	1.415	100,0	1.889	100,0

⁽¹⁾ Não se obteve esta informação de cinco das 1.894 agroindústrias.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Em relação ao “tempo de vida” (Tabela 7), observa-se que há, ao mesmo tempo, um grande número de agroindústrias novas e outras que já passaram pelo período considerado mais crítico⁹ para a sobrevivência das pequenas empresas. Em relação a isso, considera-se a possibilidade de que a “taxa de sobrevivência” dessas agroindústrias seja maior do que as das pequenas empresas em geral, já que muitas delas são “apenas” formalizações de atividades que as famílias rurais desenvolviam há um bom tempo. Nesses casos, o aprendizado da informalidade pode ser decisivo para vencer etapas muitas vezes intransponíveis para os pequenos negócios completamente novos¹⁰.

Tabela 7. Tempo de existência das agroindústrias (2009)

Anos	Nº de agroindústrias	%
Menos de 3	420	22,2
De 3 a 5	335	17,7
De 6 a 10	382	20,2
De 11 a 20	308	16,3
21 ou mais	168	8,9
Sem resposta	281	14,8
Total	1.894	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

⁸ Além de constatar importante presença de jovens nas agroindústrias familiares rurais, Dorigon (2008) analisou que a venda de produtos permitia a integração do aprendizado adquirido junto ao mercado com o resgate, a revalorização e a reapropriação do conhecimento tradicional e do saber-fazer dos agricultores, com importantes efeitos sobre a valorização também dessas populações rurais. A contribuição para o resgate da autoestima e da noção de cidadania desses agricultores e de seus filhos talvez ajude a explicar a forte presença dos jovens nas agroindústrias familiares rurais e, entre eles, muitas moças.

⁹ Em geral, consideram-se como período crítico os primeiros dois anos de existência.

¹⁰ Para alguns autores, o mercado informal é fundamental para garantir essa sobrevivência. Como mercado de proximidade e baseado em relações de confiança, os agricultores primeiro “constroem seus mercados” na informalidade e, com a clientela garantida, fazem os investimentos para sua formalização (Wilkinson & Mior, 1999; Dorigon, 2008; Dorigon, 2010).

No que diz respeito à forma de organização, observa-se que 87% das agroindústrias são individuais ou familiares. No caso das grupais, predominam aquelas formadas com poucos sócios: 81% delas têm no máximo 9, mas a maior quantidade tem entre 3 e 5 sócios, representando 51,6% das 244 agroindústrias grupais (Tabela 8).

Tabela 8. Número de sócios das agroindústrias grupais (2009)

Nº de sócios	Nº de agroindústrias	%
2	19	7,8
De 3 a 5	126	51,6
De 6 a 9	52	21,3
De 10 a 19	19	7,8
De 20 a 49	20	8,2
50 ou mais	8	3,3
Total	244	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Essa relativa individualidade é parcialmente compensada pelo fato de 36,1% das 1.650 agroindústrias individuais participarem de alguma cooperativa ou associação (Tabela 9).

Tabela 9. Forma de organização e participação das agroindústrias em cooperativa ou associação (2009)

Participação em cooperativa ou associação	Individual/familiar	%	Grupal	%	Total	%
Não	1.041	63,1	106	43,4	1.147	60,6
Sim	595	36,1	133	54,5	728	38,4
Sem resposta	14	0,8	5	2,0	19	1,0
Total	1.650	100,0	244	100	1.894	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Outra característica ainda marcante das agroindústrias é o baixo grau de formalização. Tomando como critério de formalidade o CNPJ ou o registro nos serviços de inspeção animal ou de controle sanitário vegetal, das 1.894 cadastradas, 999 são consideradas formais (53%) e 895 informais (47%).

No que diz respeito aos serviços oficiais de controle sanitário (Tabela 10), no caso das agroindústrias que trabalham com produtos de origem animal, dois aspectos ficam evidentes: o grande número de empreendimentos ainda sem inspeção e a predominância do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), em geral mais acessível que o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e Serviço de Inspeção Federal (SIF), sobretudo nos estágios iniciais das agroindústrias, quando boa parte delas concentra a comercialização no mercado municipal.

Quanto aos produtos de origem vegetal, o número de agroindústrias sem nenhum tipo de serviço oficial de controle sanitário é ainda mais significativo. Isso, em parte, pode ser decorrente de uma menor intensidade na fiscalização do que a praticada para os produtos de origem animal, que forçou muitas agroindústrias que não tinham o serviço a regularizar a situação, sob pena de ficarem impedidas de continuar em funcionamento.

Tabela 10. Serviço de inspeção/registro das agroindústrias (2009)

Produtos animais			Produtos vegetais		
Serviço	Nº de agroindústrias	%	Serviço	Nº de agroindústrias	%
Não tem	223	34,9	Não tem	698	53,4
SIM	286	44,8	Vigilância sanitária	461	35,3
SIE	96	15,0	Mapa	67	5,1
SIF	34	5,3	Outro	11	0,8
-	-	-	Não se aplica	70	5,4
Total	639	100,0	Total	1307	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

A distribuição territorial da comercialização das agroindústrias mostra claramente o caráter local da maioria delas, pois 81,1% do total do valor das vendas são realizadas no município ou na região próxima à de sua localização (Tabela 11).

Tabela 11. Distribuição geográfica das vendas das agroindústrias - 2009

Nível geográfico	Nº de agroindústrias ⁽¹⁾	Vendas	
		Valor (R\$)	Participação (%)
Município	1700	67.118.087,25	49,2
Municípios próximos/região	933	43.471.338,77	31,9
Estado	189	14.253.556,28	10,5
Outros estados	153	8.672.944,58	6,4
Outros países	10	696.695,99	0,5
Sem reposta	60	2.103.961,74	1,5
Total	-	136.316.584,61	100,0

⁽¹⁾ A mesma agroindústria pode comercializar em mais de um nível geográfico.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Esse caráter geográfico local tem estreita relação com a forma de comercialização da grande maioria das agroindústrias, que é caracterizada por relações diretas tanto com os consumidores quanto com os pequenos varejistas. Tampouco é desprezível o número de agroindústrias que informaram a realização de vendas para o mercado institucional, incluindo a alimentação escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Tabela 12).

Tabela 12. Frequência de vendas das agroindústrias, segundo os tipos de cliente (2009)

Tipo de cliente	Nº de agroindústrias ⁽¹⁾
Direto ao consumidor	1.509
Pequenos mercados, padarias, mercearias e lojas	800
Supermercados	526
Mercado institucional (municipal, estadual, federal)	318
Intermediário (atacadista, caminhoneiro etc.)	275
Entrega para cooperativa	128
Restaurantes	81
Ceasa/mercado do produtor	69
Outros	28

⁽¹⁾ A mesma agroindústria pode comercializar para mais de um tipo de cliente.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Essa relação direta fica ainda mais explícita no detalhamento da informação acerca das vendas diretas ao consumidor, pois na maior parte dos casos o consumidor compra diretamente no próprio empreendimento, ou o empreendedor faz a entrega do produto no domicílio do cliente (Tabela 13).

Tabela 13. Local das vendas diretas ao consumidor (2009)

Local	Nº de agroindústrias ⁽¹⁾
Na propriedade	1.260
No domicílio do consumidor	596
Feiras	332
Pontos de estrada	37
Outros	38

⁽¹⁾ A mesma agroindústria pode ter mais de um local de venda.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

1.3 Apoios recebidos

As respostas obtidas para as indagações acerca de quem apoiou a criação ou a estruturação do empreendimento e quem presta assistência técnica ou assessoria reforçam o caráter local da maioria dessas agroindústrias, já que, tanto num caso quanto no outro, predominam organizações com estruturas municipais, como a Epagri e as prefeituras (Tabelas 14 e 15). No caso da criação, chama atenção também o resultado do Projeto Microbacias 2, que pode ser atribuído aos estímulos organizacionais do projeto e às ações de lideranças comunitárias e dos facilitadores que estimularam muitas iniciativas latentes no âmbito das comunidades rurais¹¹.

Tabela 14. Instituições que apoiaram a criação/organização das agroindústrias (2009)

Instituição	Nº de agroindústrias	%
Não recebeu ajuda	444	23,4
Epagri	851	44,9
Prefeituras/Secretarias Municipais	249	13,1
Microbacias 2	92	4,9
ONGs	32	1,7
Cooperativas	29	1,5
Cidasc	26	1,4
Instituição privada	22	1,2
Sindicato	21	1,1
Sebrae	14	0,7
Outro	37	2,0
Sem resposta	77	4,1
Total	1.894	100,0

Nota: Houve indicação de até três instituições. A tabela tomou por base apenas a apontada como a mais importante.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

¹¹ Embora o número de ONGs citadas não seja muito significativo, algumas delas foram importantes para certas inovações organizacionais dos agricultores familiares, como para a atuação em rede. Entre outras, a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco) e a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agrego) são casos bem conhecidos do Estado.

Outro indicativo dessas questões relacionadas ao apoio para criação e assessoria é a importância das parcerias organizacionais na viabilização das agroindústrias, pois frequentemente elas precisam recorrer a mais de uma organização, tanto nos seus momentos iniciais quanto durante o funcionamento.

Tabela 15. Instituições que apoiam as agroindústrias atualmente (2009)

Instituição	Nº de agroindústrias	%
Não recebe ajuda	445	23,5
Epagri	903	47,7
Prefeituras/Secretarias Municipais	252	13,3
ONG	36	1,9
Cooperativas	93	4,9
Cidasc	19	1,0
Instituição privada	57	3,0
Movimentos sociais	8	0,4
Associações	6	0,3
Instituição federal	3	0,2
Vigilância Sanitária	2	0,1
Outro	4	0,2
Sem resposta	66	3,5
Total	1.894	100,0

Nota: Houve indicação de até três instituições. A tabela tomou por base apenas a apontada como a mais importante.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Essas parcerias organizacionais poderiam contribuir para melhorar a eficácia dos aportes financeiros direcionados às agroindústrias (Tabela 15), muitos dos quais subsidiados ou a fundo perdido, evitando, por exemplo: o grande número que não recebeu (45,2%) e precisava; que houvesse empreendimentos que receberam de duas fontes sem precisar; e, mais problemático do que esses dois casos, que se repetissem situações de aportes financeiros para iniciativas de duvidosa viabilidade (sobre este último caso, ver Varaschin et al., 2002).

Tabela 16. Apoio financeiro recebido pelas agroindústrias, por fonte

Discriminação	Nº de agroindústrias	% ⁽¹⁾
Não foi beneficiado	857	45,2
Governo federal ⁽²⁾	648	34,2
Pronaf investimento	510	26,9
Pronaf infraestrutura	72	3,8
Programa Territórios	55	2,9
Faixa de fronteira	16	0,8
Outro	56	3,0
Governo estadual ⁽²⁾	442	23,3
Microbacias 2	277	14,6
FDR	178	9,4
Outro	20	1,1
Governo municipal	213	11,2
Entidades privadas	40	2,1
Total⁽²⁾	1.894	-

⁽¹⁾ A participação é calculada sobre as 1.894 agroindústrias cadastradas.

⁽²⁾ Não é a soma das partes, já que uma mesma agroindústria pode ter recebido apoio de mais de uma fonte.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

No que diz respeito à preparação do capital humano para trabalhar nas agroindústrias, embora a pesquisa indique que 386 empreendimentos não tiveram participantes em qualquer tipo de capacitação, isso pode estar mais relacionado ao pouco tempo de criação (Tabela 7) do que ao eventual desinteresse pela preparação das pessoas que trabalham e gerenciam as agroindústrias. Por outro lado, fica bem evidenciado que a maior frequência nas capacitações está mais relacionada ao processo de produção e manipulação de produto do que ao desenvolvimento em outras áreas (Tabela 17).

É difícil saber se isso decorre do menor interesse relativo em outras áreas, se está relacionado à existência de maior oferta de capacitações na fabricação e manipulação de produtos ou se é fruto da combinação desses dois aspectos. O fato, entretanto, é que são frequentes as manifestações de pessoas que assessoram essas agroindústrias sobre a necessidade de trabalhar com muitos dos seus gestores em temas como empreendedorismo, relações de mercado, estratégias de negociação (como comprar e vender), relações com os clientes, controles e planejamento financeiro (controle de custos, formação de preços), entre outros aspectos que parecem vir ao encontro de algumas necessidades apontadas na Tabela 23.

Tabela 17. Tipos de capacitação para a mão de obra das agroindústrias

Discriminação	Nº de agroindústrias
Não participou	386
Fabricação de produtos	1.079
Boas práticas na manipulação de alimentos	1.042
Higiene industrial	507
Cooperativismo e associativismo	478
Gestão de empreendimentos	453
Controle de qualidade	450
Produção de matéria-prima ⁽¹⁾	124
Tecnologia da informação	108
Marketing ⁽¹⁾	7
Outros	12

⁽¹⁾ Esses itens não estavam arrolados na questão; foram citados na opção “outros”.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

1.4 Indicativos de interesses e necessidades dos empreendedores

Não é incomum que os empreendedores sejam comedidos ao se manifestarem a respeito dos seus negócios. É, sobretudo, por isso que, considerando a percepção das pessoas que responderam aos questionários, surpreendem os 80% alcançados entre os dois melhores níveis de satisfação (ainda que mais concentrado na opção “satisfeito” do que na “muito satisfeito”) e o insignificante número de insatisfeitos (Tabela 18).

Tabela 18. Grau de satisfação com a agroindústria (2009)

Grau de satisfação	Nº de agroindústrias	%
Muito satisfeito	180	9,5
Satisfeito	1.373	72,5
Pouco satisfeito	285	15,0
Insatisfeito	33	1,7
Sem resposta	23	1,3
Total	1.894	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Esses níveis de satisfação são corroborados pela informação de que em 88% das 1.894 agroindústrias pesquisadas existe a pretensão de fazer novos investimentos no empreendimento. Parte do elevado grau de satisfação e do interesse talvez seja explicada pelo mercado favorável para muitas dessas agroindústrias. No ano de 2009, por exemplo, a maior parte das agroindústrias aumentou ou vendeu a mesma quantidade do ano anterior (Tabela 19).

Tabela 19. Comportamento das vendas das agroindústrias (2009)

Situação	Nº de agroindústrias	%
Aumentou	939	49,6
Permaneceu o mesmo	557	29,4
Diminuiu	218	11,5
Não se aplica	119	6,3
Sem resposta	61	3,2
Total	1.894	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Isso ajuda a explicar o interesse de boa parte das agroindústrias que trabalham com produtos de origem animal em mudar o tipo de serviço de inspeção (Tabela 20). Sobre isso, é oportuno explicar que, nas circunstâncias atuais, o tipo de serviço de inspeção ainda delimita o nível geográfico de mercado: o SIM permite vendas só no município, o SIE permite vendas nos municípios do Estado, e o SIF permite vendas para outros estados ou a exportação (neste caso, ter o SIF é condição necessária, mas não suficiente).

Tabela 20. Interesse em mudar o tipo de serviço de inspeção animal (2009)

Situação	Nº de agroindústrias	%
Em trâmite	14	3,4
Não	236	56,7
Sim	147	35,3
Sem resposta	19	4,6
Total	416	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Em relação a esse interesse foi solicitada a indicação, em ordem de importância, de até três possíveis dificuldades de mudar do SIM para SIE ou do SIE para o SIF, para o caso de interesse em ampliar o espaço de comércio (outros municípios, estados ou países) ou para processos já em trâmite. As dificuldades burocráticas e instalações inadequadas apareceram com grande destaque em relação às outras citadas (Tabela 21), o que é um importante indicativo de que, sem apoio, muitos interessados nem sequer tomarão qualquer iniciativa para viabilizar a alteração.

Tabela 21. Dificuldades em mudar o tipo de serviço de inspeção animal (2009)

Tipo de dificuldade	Frequência de respostas
Dificuldades burocráticas	197
Instalações inadequadas	162
Não atendimento às normas pelo processo de produção	52
Falta conhecimento	47
Falta de recursos	30
Nenhuma	27
Outras	19

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Aqui convém retomar a questão do expressivo número de agroindústrias que não têm os serviços oficiais de controle sanitário animal e vegetal, já que, como seria de esperar, algumas razões apontadas para não ter esses serviços oficiais (Tabela 22) são idênticas às dificuldades apontadas na Tabela 21. Essas razões e dificuldades indicam algumas das possíveis ações necessárias para aumentar o grau de formalização dessas agroindústrias.

Tabela 22. Razões de não ter o serviço de inspeção vegetal ou animal (2009)

Razões	Frequência de respostas
Não quer	83
Dificuldades burocráticas	403
Custo elevado	373
Instalações inadequadas	320
Falta de recursos	249
Inexistência do serviço no município	114
Falta de conhecimento	77
Processo de produção não atende as normas	71
Outras razões	72

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Sobre isso, é importante destacar que, embora não tenha sido apontada com a mesma relevância que outros aspectos, a legalização apareceu com frequência razoável na resposta para a indagação sobre as necessidades para a agroindústria incrementar ou melhorar a comercialização (Tabela 23).

Tabela 23. Necessidades das agroindústrias para incrementar ou melhorar a comercialização (2009)

Necessidade	Prioridade 1	Prioridade 2
Melhorar estrutura de transporte/comercialização/logística	288	166
Ampliação do número de pontos de venda	285	203
Melhorar apresentação do produto (embalagem, rótulo)	194	180
Formação/fortalecimento de cooperativas/associações	135	137
Legalização	97	17
Diversificação de produtos	86	118
Marketing, divulgação e promoção de produtos	76	170
Assessoria/capacitação para comercialização	58	107
Outras	255	155
Não tem necessidade/dificuldade		361

Nota: A questão que originou esta tabela permitia a indicação de até cinco alternativas. Aqui estão apenas as duas mais importantes.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

2 Empreendimentos voltados a outras atividades de agregação de valor (turismo rural, artesanato, prestação de serviços e outros)

2.1 Localização e importância socioeconômica

Como observado em relação às agroindústrias, a pesquisa realizada pela Epagri permitiu constatar que setores tradicionalmente desconsiderados quando se fala do mundo rural têm ou podem vir a ter significativa importância socioeconômica para os agricultores familiares. Mesmo sem haver políticas públicas ostensivas de apoio, a pesquisa levantou 488 empreendimentos de atividades relacionadas ao turismo rural, artesanato, prestação de serviços e outros. Nesse caso, regiões com poucas agroindústrias, como é o caso do Planalto Sul Catarinense (UGT 3), aparecem com um número relativamente expressivo desses empreendimentos (Figura 2).

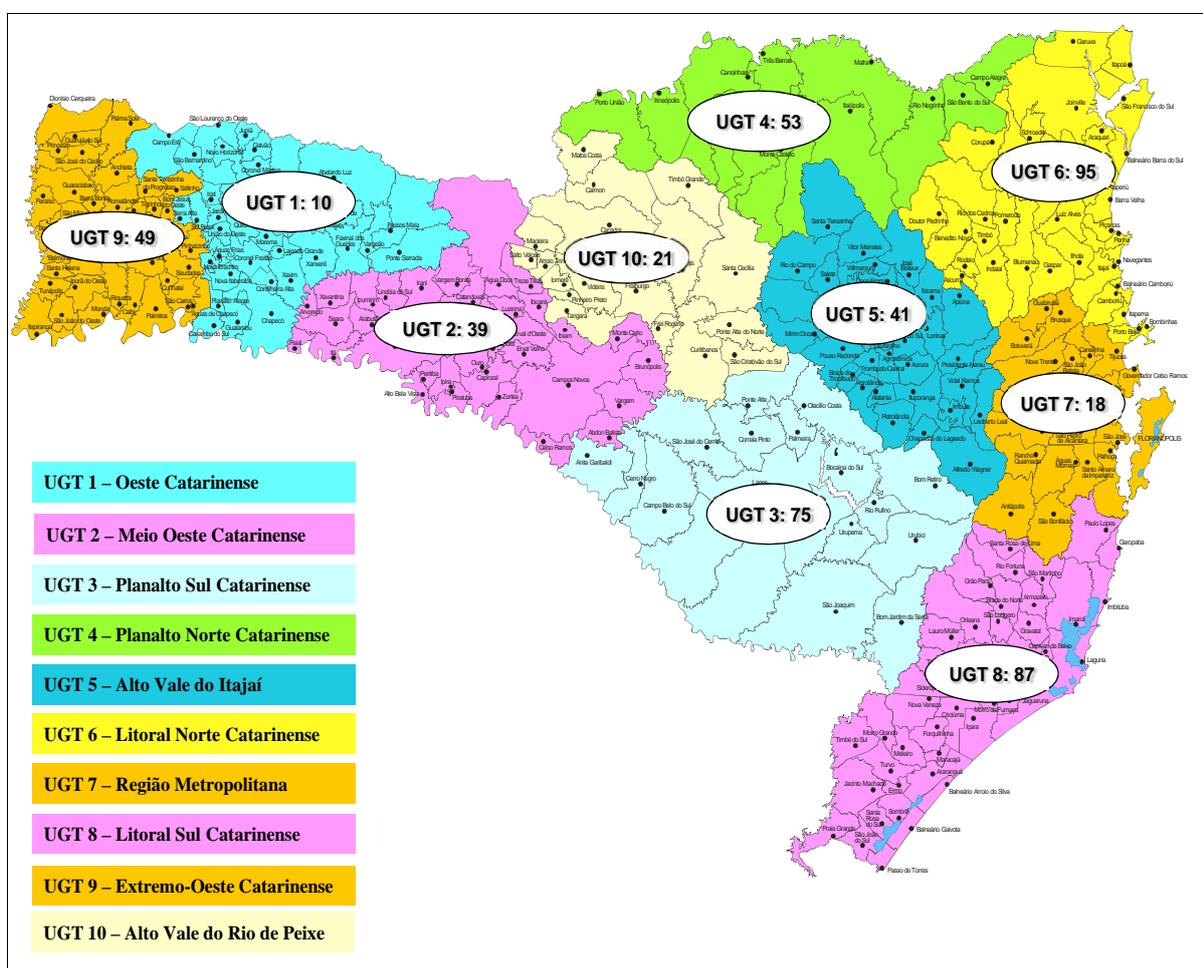


Figura 2. Distribuição dos 488 empreendimentos, segundo as Unidades de Gestão Técnica (UGT) da Epagri

Dos 488 empreendimentos, 272 são de atividades ligadas ao turismo rural; 71,3% deles oferecem serviços de alimentação, 51,8% de pesque-pague, 43% de lazer em geral (cavalgadas, trilhas, piscinas etc.) e 29,7% de hospedagem.

O artesanato é, em termos quantitativos, a segunda atividade de destaque. É interessante ressaltar que o artesanato mais tradicional de determinadas regiões, como o trabalhado a partir da lã

de ovelha e do vime, convive com iniciativas relacionadas à costura e ao bordado, que vêm se tornando atividades de crescente importância na geração de emprego e renda para as famílias rurais.

Como evidencia a Tabela 24, a exemplo do que ocorre com as agroindústrias, existem diferenças sensíveis na distribuição regional dos empreendimentos, sendo possível notar que as regiões de maior concentração de iniciativas ligadas ao turismo têm também maior presença de empreendimentos ligados a atividades artesanais, com destaque para trabalhos com vime, lã, costura e madeira. Embora não se possa afirmar que para todas as situações o turismo seja a única forma de despertar o interesse e viabilizar a comercialização do artesanato, é certo que para algumas regiões catarinenses ele é muito importante para o comércio de produtos artesanais como também das agroindústrias rurais.

Tabela 24. Empreendimentos por tipo de atividade, segundo as UGTs da Epagri (2009)

Atividade	UGT/nº de empreendimentos ⁽¹⁾										Total ⁽¹⁾
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Turismo	7	22	31	38	32	43	14	50	23	12	272
Artesanato	3	13	47	17	9	25	3	37	17	7	178
Prestação de serviços	0	4	0	2	5	4	2	2	5	3	27
Outros	0	0	0	2	0	25	1	3	4	0	35

⁽¹⁾ O mesmo empreendimento pode ter mais de uma atividade. Portanto, os números dessa Tabela são superiores aos apresentados no mapa.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

No que diz respeito ao número de pessoas que trabalham, ressalta-se que, em média, esses empreendimentos empregam maior número de pessoas que as agroindústrias: são 2.530 pessoas em 488 empreendimentos, portanto, 5,18 pessoas por empreendimento; nas 1.894 agroindústrias são 7.215 pessoas: 3,81 pessoas por empreendimento. O trabalho familiar representa 69% da mão de obra utilizada; são, em média, 3,57 pessoas da família por empreendimento. Comparativamente às agroindústrias, observa-se que esses empreendimentos utilizam mais o trabalho contratado: são 31,1% contra 19,9% das agroindústrias (outras comparações podem ser feitas a partir das tabelas 3 e 25).

Tabela 25. Pessoas trabalhando nos empreendimentos (2009)

Situação de trabalho	Familiar		Contratado		Total	
	Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%
Permanente	1.381	54,6	294	11,6	1.675	66,2
Temporário	363	14,3	492	19,4	855	33,8
Total	1.744	68,9	786	31,1	2.530	100,0

Nota: Os percentuais estão calculados em relação ao total de 2.530 pessoas.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Quanto à influência desses empreendimentos sobre a migração rural, verifica-se que é mais significativa sobre adultos do que sobre os jovens e, a exemplo das agroindústrias, mais no sentido de as pessoas permanecerem do que retornarem ao meio rural (Tabela 26).

Tabela 26. Pessoas que permaneceram no meio rural ou retornaram a ele em função dos empreendimentos (2009)

Sexo	Permaneceram			Retornaram			Total		
	Adultos	Jovens ⁽¹⁾	Total	Adultos	Jovens ⁽¹⁾	Total	Adultos	Jovens	Total
Masculino	454	140	594	68	30	98	522	170	692
Feminino	417	121	538	65	19	84	482	140	622
Total	871	261	1.132	133	49	182	1.004	310	1.314

⁽¹⁾ Foram consideradas jovens pessoas entre 15 e 24 anos.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

2.2 Características gerais

A informalidade ainda é uma forte característica dos pequenos negócios do mundo rural. Segundo declaração dos responsáveis pelos empreendimentos pesquisados, 73% deles são informais, 70,3% cadastrados como pessoa física e os outros 2,7% distribuídos nas demais categorias, exceto a de empresas (Tabela 27).

Tabela 27. Número de empreendimentos, segundo o tipo (2009)

Tipo de empreendimento	Nº de empreendimentos	%
Pessoa física	343	70,3
Empresa	107	21,9
Associação	21	4,3
Unidade de cooperativa descentralizada	14	2,9
Filial de cooperativa descentralizada	2	0,4
Condomínio	1	0,2
Total	488	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Quanto ao perfil dos responsáveis pela gestão, verifica-se que pessoas mais jovens (abaixo de 35 anos) são responsáveis por apenas 15,4% dos empreendimentos, que 31% são do sexo feminino, representatividade maior que a alcançada no caso das agroindústrias (25%). O percentual pode variar sensivelmente de acordo com as atividades pesquisadas: no caso dos 272 empreendimentos ligados a atividades turísticas, por exemplo, 46% contam com mulheres como responsáveis (Tabela 28).

Tabela 28. Faixa etária e sexo do proprietário ou responsável pelo empreendimento (2009)

Anos	Feminino	%	Masculino	%	Total	%
Menos de 25	4	2,6	13	3,9	17	3,5
De 25 a 34	14	9,3	44	13,1	58	11,9
De 35 a 44	36	23,8	79	23,4	115	23,6
De 45 a 54	36	23,8	95	28,2	131	26,8
De 55 a 64	40	26,5	61	18,1	101	20,7
65 ou mais	4	2,6	16	4,7	20	4,1
Sem resposta	17	11,3	29	8,6	46	9,4
Total	151	100,0	337	100,0	488	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Em relação ao “tempo de vida” desses empreendimentos (Tabela 29), verifica-se que 44,1% têm menos de 6 anos, e 25% menos de 3 anos. Isso reforça as indicações de que os agricultores familiares continuamente buscam alternativas que consideram mais convenientes para diversificar suas fontes de renda. Por outro lado, muitas dessas iniciativas ainda estão dentro do que se considera como “período crítico” de consolidação de qualquer pequeno negócio, particularmente daqueles que são completamente novos para os empreendedores.

Tabela 29. Tempo de existência dos empreendimentos (2009)

Anos	Nº de empreendimentos	%
Menos de 3	122	25,0
De 3 a 5	93	19,1
De 6 a 10	89	18,2
De 11 a 20	85	17,4
21 ou mais	35	7,2
Sem resposta	64	13,1
Total	488	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

No que diz respeito à forma de organização e ao número de sócios dos empreendimentos grupais, observa-se que essas atividades seguem a mesma lógica das agroindústrias familiares, com grande parte das iniciativas sendo individuais/familiares. No entanto, destaca-se a importante representatividade dos 60 empreendimentos grupais, que respondem por quase 41% do total de pessoas envolvidas nos 488 empreendimentos (Tabela 30).

Tabela 30. Forma de organização e número de pessoas envolvidas (2009)

Forma de organização	Nº de empreendimentos	%	Nº de pessoas	%
Individual	428	87,7	1.174	59,1
Grupal	60	12,3	811	40,9
Total	488	100,0	1.985	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Dos empreendimentos grupais, 68,4% têm, no máximo, até 9 sócios. Apesar das iniciativas grupais contarem, predominantemente, com poucos sócios, aquelas com 10 sócios ou mais representam 31,6% do total (Tabela 31). Nas agroindústrias o percentual dessas é de 19,3% (Tabela 8).

Tabela 31. Número de sócios dos empreendimentos grupais (2009)

Nº de sócios	Nº de empreendimentos	%
2	4	6,7
3 a 5	24	40,0
6 a 9	13	21,7
10 a 19	9	15,0
20 a 49	5	8,3
50 ou mais	5	8,3
Total	60	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

A partir da Tabela 32, que relaciona a forma de organização (individuais ou grupais) com o tempo de funcionamento dos empreendimentos, é possível constatar que existe uma proporção maior de empreendimentos grupais criados há menos de 6 anos¹².

Tabela 32. Forma de organização e tempo de existência do empreendimento (2009)

Anos	Grupal		Individual	
	Nº de empreendimentos	%	Nº de empreendimentos	%
Menos de 3	25	41,7	97	22,7
De 3 a 5	14	23,3	79	18,5
De 6 a 10	8	13,3	81	18,9
De 11 a 20	3	5,0	82	19,2
21 ou mais	2	3,3	33	7,7
Sem resposta	8	13,3	56	13,1
Total	60	100,0	428	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Apesar desse crescimento relativo do número de empreendimentos grupais nos anos mais recentes, observa-se que a grande maioria dos 488 empreendimentos não participa de cooperativas ou associações de comercialização; e não há distinção se são individuais ou grupais (Tabela 33).

Tabela 33. Participação dos empreendimentos em cooperativas ou associação (2009)

Participação em cooperativa ou associação	Individual/familiar	%	Grupal	%	Total	%
Não	359	83,9	52	86,7	411	84,2
Sim	69	16,1	8	13,3	77	15,8
Total	428	100,0	60	100,0	488	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Por outro lado, verificou-se que os empreendimentos mais novos (de menos de 6 anos) participam mais em associação ou cooperativas do que os mais antigos (Tabela 34)¹³.

Tabela 34. Participação em associação/cooperativa e tempo de existência do empreendimento (2009)

Anos	Participação do empreendimento em associação/cooperativa			
	Participa	%	Não participa	%
Menos de 3	19	31,7	103	28,3
De 3 a 5	20	33,3	73	20,1
De 6 a 10	13	21,7	76	20,9
De 11 a 20	5	8,3	80	22,0
Mais de 20	3	5,0	32	8,8
Total	60	100,0	364	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

¹² Isso foi verificado através de teste de X² significativo a 1% de probabilidade.

¹³ Isso foi verificado através do teste do X² significativo a 5% de probabilidade.

Outra diferença dos empreendimentos mais novos em relação aos mais antigos é que seus controles administrativos são mais detalhados (Tabela 35).

Tabela 35. Controle administrativo, segundo tempo de existência do empreendimento (2009)

Anos	Sem controle	%	Pouco controle	%	Controle detalhado	%
Menos de 3	26	23,6	64	27,9	32	39,5
De 3 a 5	19	17,3	56	24,5	16	19,8
De 6 a 10	20	18,2	51	22,3	17	21,0
De 11 a 20	29	26,4	40	17,5	15	18,5
21 ou mais	16	14,5	18	7,9	1	1,2
Total	110	100,0	229	100,0	81	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Essa situação se repete na comparação entre os empreendimentos grupais e os individuais; os grupais utilizam controles administrativos mais detalhados que os individuais (Tabela 36).

Tabela 36. Tipo de controle administrativo, segundo composição do estabelecimento (2009)

Tipo de controle	Individual	%	Grupal	%	Total	%
Não existe controle	128	30,2	10	16,7	138	28,5
Principais itens	226	53,3	32	53,3	258	53,3
Controle detalhado	70	16,5	18	30,0	88	18,2
Total	424	100,0	60	100,0	484	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

2.3 Apoios recebidos

No que diz respeito a quem apoiou a criação ou a estruturação dos empreendimentos e quem prestava assistência técnica ou assessoria para o seu funcionamento em 2009, repete-se o que se observou em relação às agroindústrias: boa parte das iniciativas não contou/contava com nenhum tipo de ajuda, e nos casos de apoio predominam organizações com estruturas municipais, como a Epagri e as prefeituras (Tabelas 37 e 38).

Tabela 37. Instituições que apoiaram a criação/organização dos empreendimentos (2009)

Instituição	Nº de empreendimentos	%
Não recebeu ajuda	207	42,4
Epagri	126	25,8
Prefeitura/Secretaria Municipal	50	10,2
Microbacias 2	30	6,1
ONG	23	4,7
Outro	29	5,9
Sem resposta	23	4,7
Total	488	100,0

Nota: Houve indicação de até três instituições. A tabela tomou por base apenas a apontada como a mais importante.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Embora seja necessário reconhecer que parte desses empreendedores tem condições suficientes para resolver seus principais desafios por conta própria, parece pouco provável que isso seja regra para os 42,4% dos empreendimentos não apoiados quando organizados (Tabela 37) e para os 43,6% não apoiados em 2009 (Tabela 38). Somando-se a isso as constantes necessidades de informações pouco acessíveis para grande parte desses empreendedores da agricultura familiar, parece evidente que existe um grande espaço para a ação das entidades voltadas a contribuir para a viabilização dessas iniciativas.

Tabela 38. Instituições que apoiam os empreendimentos atualmente (2009)

Instituição	Nº de empreendimentos	%
Não recebeu ajuda	213	43,6
Epagri	170	34,8
Prefeitura/Secretaria Municipal	38	7,8
ONG	24	4,9
Outros	32	6,6
Sem resposta	11	2,3
Total	488	100,0

Nota: Houve indicação de até três instituições. A tabela tomou por base apenas a apontada como mais importante.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

2.4 Indicativos de satisfação e interesses dos empreendedores

No que diz respeito à satisfação dos empreendedores com empreendimentos, além do insignificante número de insatisfeitos, chama atenção o elevado percentual (83%) dos que se manifestaram satisfeitos ou muito satisfeitos (Tabela 39), superior inclusive ao obtido em relação às agroindústrias (Tabela 18).

Tabela 39. Grau de satisfação com o empreendimento (2009)

Grau de satisfação	Nº de empreendimentos	%
Muito satisfeito	47	9,6
Satisfeito	338	69,3
Pouco satisfeito	92	18,9
Insatisfeito	9	1,8
Sem resposta	2	0,4
Total	488	100,0

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Esses níveis de satisfação são corroborados pela informação de que em 89% dos 488 empreendimentos pesquisados foi obtida a informação sobre a pretensão de continuar investindo nas atividades desenvolvidas. A Tabela 40 indica as principais áreas em que se pretende realizar esses investimentos.

Tabela 40. Área em pretende investir (2099)

Necessidade	Prioridade 1	Prioridade 2
Instalações	275	55
Máquinas e equipamentos	73	111
Ampliação dos pontos de venda	33	29
Marketing, divulgação e promoção de produtos	20	82
Qualidade do produto	18	64
Veículos	11	26
Informatização	4	16

Nota: A questão que originou essa Tabela permitia a indicação de até três alternativas. Aqui estão apenas as duas mais importantes.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

3 As redes de cooperação (cooperativas, associações e condomínios)

3.1 Localização e importância socioeconômica

Para as pretensões do levantamento, as redes de cooperação foram definidas como organizações de grupos de empreendimentos ou de agricultores que objetivam melhorar a inserção socioeconômica e a competitividade dos agricultores familiares associados. Portanto, organizações que facilitam a compra de insumos e matéria-prima, a transformação agroindustrial, a comercialização, o compartilhamento de estruturas, logística ou conhecimento, entre outras funções, organizadas na forma de condomínios, associações, ou cooperativas (por produto, descentralizadas e centrais).

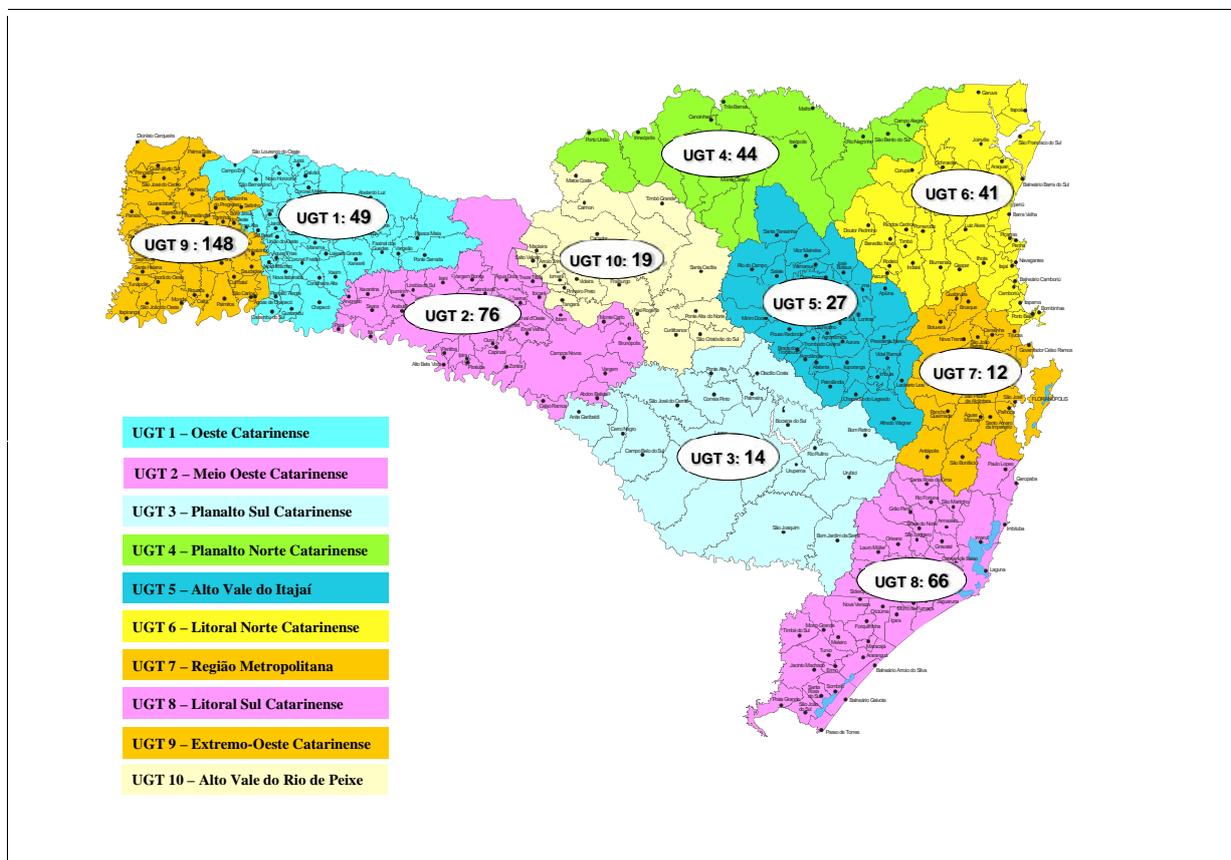


Figura 3. Distribuição das 496 redes de cooperação, segundo as Unidades de Gestão Técnica (UGTs) da Epagri

O levantamento mostra um importante processo de fortalecimento das organizações econômicas da agricultura familiar, evidenciado pela existência de 496 organizações distribuídas pelas diversas regiões do estado¹⁴, com mais de 21 mil associados (Figura 3 e Tabela 41).

¹⁴ Reforça-se aqui que o levantamento não contemplou as tradicionais cooperativas agropecuárias (geralmente de grande porte) e as de crédito, assim como as agroindústrias que não estivessem sob a posse/controlado dos agricultores familiares.

Tabela 41. Número de sócios e redes por UGT (2009)

UGT	Redes		Sócios	
	Nº	%	Nº	%
Oeste	49	9,9	3.825	18,1
Meio-Oeste	76	15,3	2.447	11,6
Planalto Sul	14	2,8	1.357	6,4
Planalto Norte	44	8,9	912	4,3
Alto Vale do Itajaí	27	5,4	1.249	5,9
Litoral Norte	41	8,3	2.445	11,6
Região Metropolitana	12	2,4	362	1,7
Litoral Sul	66	13,3	2.094	9,9
Extremo Oeste	148	29,8	5.606	26,5
Alto Vale do Rio do Peixe	19	3,8	825	3,9
Total	496	100,0	21.122⁽¹⁾	100,0

⁽¹⁾ Número com repetição, já que uma mesma pessoa pode participar de mais de uma rede.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

A maior parte dessas organizações assume a forma de associação, seguida pelas cooperativas descentralizadas e cooperativas por produto, com números menos expressivos de outras formas de cooperativas e de condomínios (Tabela 42).

Tabela 42. Distribuição das redes por tipo de organização econômica e por UGT (2009)

UGT	Associação	Condo- mínio	Cooperativa				Total	
			Central	Descentra- lizada	Produto	Filial		Unidade
Oeste	18	1	1	7	15	4	3	49
Meio-Oeste	7	1	0	17	12	8	31	76
Planalto Sul	9	0	0	0	5	0	0	14
Planalto Norte	27	5	0	6	6	0	0	44
Alto Vale do Itajaí	15	1	0	3	4	0	4	27
Litoral Norte	28	2	0	3	8	0	0	41
Região Metropolitana	12	0	0	0	0	0	0	12
Litoral Sul	31	10	0	11	8	0	6	66
Extremo Oeste	107	8	0	17	8	4	4	148
Alto Vale do R. do Peixe	9	0	0	6	4	0	0	19
Total	263	28	1	70	70	16	48	496

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

A exemplo das agroindústrias e das outras atividades de agregação de valor, as redes de cooperação estão distribuídas de forma bastante heterogênea pelas regiões do Estado. A região do Extremo Oeste, a de maior concentração, tem mais de 12 vezes o número de redes da região Metropolitana, a de menor número (Tabela 42 e Figura 3).

3.2 Características gerais das redes

A análise do perfil dos responsáveis (sócio, administrador, gerente) pelas redes indica uma situação parecida com a que ocorre nas agroindústrias: 19% delas estão sob a responsabilidade de

Também não foram levantadas as organizações sociais e de representação, como é o caso dos sindicatos e das associações sem fins econômicos.

mulheres. A participação das mulheres é mais significativa na condução de associações (24%) do que nas cooperativas (14%) e nos condomínios (7%). Observa-se também que um importante número de redes está sob a responsabilidade de pessoas de faixas etárias mais baixas (Tabela 43). Seja para o caso das mulheres ou das pessoas de faixa etária mais baixa, lembra-se aqui o que já foi destacado anteriormente: essa participação é bem menos expressiva na administração dos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 43. Faixa etária e sexo do responsável pela rede (2009)

Anos	Feminino	%	Masculino	%	Total	%
Menos de 25	4	4,3	32	8,0	36	7,3
De 25 a menos de 35	8	8,5	57	14,3	65	13,2
De 35 a menos de 45	24	25,5	100	25,1	124	25,2
De 45 a menos de 55	25	26,6	115	28,8	140	28,4
De 55 a menos de 65	19	20,2	54	13,5	73	14,8
65 ou mais	0	0,0	5	1,3	5	1,0
Sem resposta	14	14,9	36	9,0	50	10,1
Total⁽¹⁾	94	100,0	399	100,0	493	100,0

(1) Não se obteve essa informação de três das 496 redes.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Quanto à formalização das redes, medida pela existência de CNPJ, chama a atenção que as associações e os condomínios apresentem os mais baixos níveis de formalidade (Tabela 44).

Tabela 44. Situação das redes com relação à existência de CNPJ (2009)

Tipo de organização	CNPJ			%		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Associação	151	112	263	57,4	42,6	100
Condomínio	15	13	28	53,6	46,4	100
Cooperativa central	1	0	1	100,0	0,0	100
Cooperativa descentralizada	69	1	70	98,6	1,4	100
Cooperativa por produto	67	3	70	95,7	4,3	100
Filial cooperativa descentralizada	16	0	16	100	0,0	100
Unidade cooperativa descentralizada	28	20	48	58,3	41,7	100
Total	347	149	496	70,0	30,0	100

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

É possível considerar que parte disso seja explicada pela tradição dos agricultores familiares de se organizarem baseados em relações de confiança, sem preocupações com formalizações, mas parte pode ser derivada do fato de muitas dessas associações ainda estarem em estágio inicial de formação, já que 154 das 263 associações tinham menos de 6 anos. Isso parece ilustrar como os anos recentes têm sido caracterizados como de fortalecimento de “novas” formas de organização econômica controladas pelos agricultores familiares. Destaca-se a forma de organização cooperativa descentralizada com 50 organizações (71%) com menos de seis anos de existência. As formas de organização em filiais e unidades de cooperativas, também recentes, se constituem em desdobramento das cooperativas descentralizadas. Esse curto tempo de existência não se limita às associações: das 496 redes levantadas, 36% têm menos de 3 anos, e 23% de 3 a menos de 6 anos (Tabela 45). O fato de muitas delas serem recentes parece indicar que ainda necessitem de apoio de diferentes ordens para sua consolidação em bases sustentáveis.

Tabela 45. Tempo de existência das organizações (2009)

Tipo de organização	Menos de 3 anos	De 3 a 5 anos	De 6 a 9 anos	De 10 a 19 anos	Mais de 20 anos	Sem resposta	Total
Associação	87	54	53	39	10	20	263
Condomínio	10	0	5	9	3	1	28
Coop. central	0	0	1	0	0	0	1
Coop. descentralizada	23	27	7	4	0	9	70
Coop. de produto	24	15	17	6	1	7	70
Filial de cooperativa	9	2	2	3	0	0	16
Unidade cooperativa	23	16	5	2	0	2	48
Total	176	114	90	63	14	39	496

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Esse processo de fortalecimento organizacional para melhorar os resultados econômicos das atividades de agregação de valor fica claro quando se analisam os objetivos para os quais as redes foram constituídas, destacando-se a formação da organização para a venda de produtos processados, seguida pela venda de produtos agrícolas e pela compra de insumos. Os números evidenciam que uma mesma rede desempenha mais de um objetivo, e nota-se que dois dos serviços prestados são a armazenagem e o processamento de matéria-prima (Tabela 46).

Tabela 46. Objetivos das redes da agricultura familiar (2009)

UGT	Venda de produtos processados	Venda de produtos agrícolas	Compra de insumos	Compra de matéria-prima	Produção agrícola conjunta	Armazenar e processar matéria-prima	Outro
Oeste	37	23	14	8	6	5	14
Meio-Oeste	63	16	13	10	8	4	11
Planalto Sul	8	5	4	7	3	1	7
Planalto Norte	30	22	19	14	11	6	14
Alto Vale do Itajaí	12	11	6	5	2	4	0
Litoral Norte	17	13	16	5	10	4	21
Reg. Metropolitana	6	3	3	0	5	1	2
Litoral Sul	37	26	25	19	19	12	17
Extremo Oeste	58	89	67	26	25	18	27
Alto V. Rio do Peixe	12	13	12	8	7	5	0
Total	280	221	179	102	96	60	113

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Quanto aos produtos com que as redes trabalham, repete-se o que ocorre com as agroindústrias: uma mesma unidade trabalha com mais de um produto e existe uma importante diversidade de produtos (Tabela 47) com os quais os agricultores familiares têm trabalhado para, através de diferentes formas de organização, exercer algum “controle” produtivo e comercial que lhes permita maior agregação de valor.

Tabela 47. Produtos trabalhados por agricultores e empreendimentos associados das redes por UGT (2009)

UGT	Leite	Frutas	Hortaliças	Mel	Massa e Panificação	Cana-de-açúcar	Grãos	Outros ⁽¹⁾
Oeste	27	14	14	11	18	20	11	60
Meio-Oeste	21	25	23	22	21	27	15	94
Planalto Sul	2	3	3	5	3	0	3	7
Planalto Norte	11	15	13	20	11	2	13	30
Alto Vale do Itajaí	8	7	8	9	7	5	4	23
Litoral Norte	7	17	11	8	9	5	4	39
Reg. Metropolitana	3	3	3	5	2	1	3	15
Litoral Sul	9	22	21	15	20	17	20	51
Extremo Oeste	84	33	21	25	26	34	26	84
Alto V. Rio do Peixe	5	10	10	7	6	0	9	16
Total	177	149	127	127	123	111	108	419

Nota: a formulação da pergunta não permite afirmar que as redes são de empreendimentos e produtores associados que produzem somente leite, frutas, mel, etc. e, sim, que parte dos empreendimentos (no caso de cooperativas descentralizadas) e dos produtores associados estão envolvidos na produção e/ou processamento destes produtos.

(¹) Ovos, mandioca, suínos, aves, pescado, bovinos etc.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

No que diz respeito a aspectos relacionados à infraestrutura, chamam a atenção os fatos de apenas 126 redes terem sede própria e de a maioria delas funcionar em local cedido e de outra grande parte através de comodato. Embora as redes nem sempre precisem de sede própria, parece oportuno analisar se algumas dessas formas (Tabela 48) não estão comprometendo suas atividades.

Tabela 48. Local de funcionamento da rede (2009)

UGT	Não tem	Próprio	Comodato público	Aluguel	Cedido	Comodato cooperativa	Centro comunitário	Casa de sócio	Outro	Total
Oeste	3	15	14	7	9	1	0	0	0	49
Meio-Oeste	3	14	15	5	19	19	0	0	1	76
Planalto Sul	0	4	4	1	5	0	0	0	0	14
Planalto Norte	1	13	3	5	17	0	1	2	2	44
Alto Vale Itajaí	1	8	6	0	8	0	0	3	1	27
Litoral Norte	0	13	9	5	11	0	1	0	2	41
Reg. Metropol.	2	1	4	0	3	0	1	0	1	12
Litoral Sul	4	21	11	6	20	1	1	0	2	66
Extremo Oeste	6	34	30	9	39	0	16	11	3	148
Alto V. R. do Peixe	4	3	3	0	7	1	0	0	1	19
Total	24	126	99	38	138	22	20	16	13	496

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Uma fragilidade que parece mais visível é a existência de apenas 228 redes com telefone, 163 com computador e 146 com acesso à internet. É muito provável que isso limite uma comunicação qualificada (entre direções, associados e agentes de mercado), cada vez mais fundamental em atividades como a organização da produção, da comercialização, da prestação de serviços, entre outras (Tabela 49).

Tabela 49. Infraestrutura das redes por UGT (2009)

Estrutura	UGT										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Armazém	13	30	4	11	3	7	2	11	18	3	102
Automóvel	9	16	2	10	5	6	1	10	12	3	74
Caminhão refrigerado	2	3	1	1	1	0	0	3	1	1	13
Caminhão sem refrig.	5	2	1	3	0	2	0	5	8	3	29
Computador	27	27	4	13	10	16	3	28	29	6	163
Furgão refrigerado	2	4	1	3	0	2	1	0	2	1	16
Furgão sem refrigeração	7	17	2	5	1	3	0	1	5	2	43
Internet	26	20	4	13	7	18	3	25	24	6	146
Logotipo	25	45	7	15	9	24	5	29	38	7	204
Motocicleta	4	5	0	4	2	2	1	1	2	0	21
Telefone	37	49	6	24	7	21	3	27	49	5	228

Fonte: Tabulação levantamento da Epagri (2010).

Embora essas limitações possam ser importantes para todas as redes, são ainda mais para aquelas com mais sócios, em que a comunicação pessoal e direta fica mais complexa. Não são poucas as redes incluídas nessa situação, com destaque para as cooperativas por produto, já que 24 de 54 delas, ou 34%, têm mais de 100 sócios (Tabela 50).

Tabela 50. Distribuição do número de associados por tipo de rede (2009)

Tipo de Rede	Até 5 sócios	6 a 10	11 a 19	20 a 40	41 a 100	Mais de 100	Total
Associação	45	56	71	58	21	12	263
Condomínio	12	4	9	3	0	0	28
Cooperativa central	0	0	0	0	0	1	1
Cooperativa descentralizada	1	1	4	32	15	17	70
Cooperativa de produto	0	1	3	24	18	24	70
Filial cooperativa	7	7	0	1	1	0	16
Unidade coop. descentralizada	31	10	2	3	2	0	48
Total	96	79	89	121	57	54	496

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Em relação à gestão, particularmente aos controles administrativos, embora sejam poucas as redes que não realizam algum tipo de controle, a maior parte delas não o faz de maneira detalhada. Embora parte disso se explique pelo fato de algumas realizarem atividades que não exijam controles aprofundados, considera-se que em grande parte dos casos isso ainda limite a melhoria dos processos de gestão. Isso é particularmente importante para as associações, já que nas cooperativas a situação é melhor, embora parte considerável das filiais e unidades de cooperativas não tivessem controle detalhado (Tabela 51).

Tabela 51. Controles administrativos por tipo de organização (2009)

Tipo organização	Controle detalhado	Principais itens	Sem controle	Outro	Sem resposta	Total
Associação	89	130	34	9	1	263
Condomínio	8	18	2	0	0	28
Cooperativa central	0	0	1	0	0	1
Cooperativa descentralizada	58	4	5	3	0	70
Cooperativa de produto	54	8	5	3	0	70
Filial cooperativa	9	7	0	0	0	16
Unidade coop. descentralizada	17	25	6	0	0	48
Total	235	192	53	15	1	496

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

3.3 Apoios recebidos

Como nos casos das agroindústrias e dos empreendimentos de outras atividades de agregação de valor, algumas organizações se destacam no apoio à criação/organização das redes (Tabela 52). Por outro lado, o percentual de redes (5,4%) que informa que não recebeu ajuda de nenhuma organização é significativamente inferior aos outros dois casos: 23,4%, para as agroindústrias e 42,4% para os empreendimentos de outras atividades de agregação de valor.

Tabela 52. Instituições que apoiaram a criação/organização das redes (2009)

Instituição	Nº de redes	%
Não recebeu ajuda	27	5,4
Epagri	201	40,5
Secretaria Municipal de Agricultura	80	16,1
MB2	51	10,3
ONG	31	6,3
Sindicatos	30	6,0
Cooperativas	19	3,8
Sebrae	12	2,4
Governo federal	8	1,6
Movimento social	7	1,4
Empresa privada	4	0,8
Outro	16	3,2
Sem resposta	10	2,0
Total	496	100,0

Nota: Houve indicação de até três instituições. Considerou-se apenas a apontada como a mais importante.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

Essas diferenças não chegam a surpreender, já que são iniciativas que têm níveis de complexidade muito distintos entre si, e se repetem no caso da assistência técnica: enquanto 10,7% das redes não recebem assistência técnica (Tabela 53), o percentual das agroindústrias é de 23,5%.

Tabela 53. Instituições que prestam assistência técnicas para as redes atualmente (2009)

Instituição	Nº de redes	%
Não recebeu ajuda	53	10,7
Epagri	226	45,6
Secretaria Municipal de Agricultura	63	12,7
Cooperativas	38	7,7
ONG	23	4,6
MB2	15	3,0
Empresa privada	12	2,4
Universidade	4	0,8
Outro	27	5,4
Sem resposta	35	7,1
Total	496	100,0

Nota: Houve indicação de até três instituições. Considerou-se apenas a apontada como a mais importante.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

No que diz respeito a apoio financeiro, embora prevaleçam os programas do Governo Federal, não deixa de ser significativo o apoio recebido através de programas estaduais e municipais. Alguns programas se destacam: Pronaf Investimentos, Programa Territórios da Cidadania, Pronaf Infraestrutura e o Microbacias 2. Apesar desses programas, 132 redes não haviam recebido apoio financeiro de nenhuma política pública (Tabela 54). Isso pode ser alguma limitação dos programas, mas também pode evidenciar a capacidade de empreendedorismo dessas organizações.

Tabela 54. Apoio financeiro recebido pelas redes, por fonte (2009)

Discriminação	Nº de redes	% ⁽¹⁾
Não foi beneficiado	132	26,6
Governo federal⁽²⁾	201	40,5
Pronaf Infraestrutura	50	10,1
Pronaf Investimento	80	16,1
Programa Territórios	65	13,1
Programa Faixa de Fronteira	8	1,6
Outro	58	11,7
Governo estadual⁽²⁾	144	29,0
FDR	34	6,9
Microbacias 2	102	20,6
Outro	32	6,5
Governo municipal	163	32,9
Empresa privada	23	4,6
Total⁽²⁾	496	-

(1) A participação é calculada sobre as 496 redes cadastradas.

(2) Não é a soma das partes, já que uma mesma agroindústria pode ter recebido apoio de mais de uma fonte.

Fonte: Tabulação do levantamento da Epagri (2010).

4 Considerações finais

O processo de transformação estrutural do espaço rural tem desafiado os agricultores, suas organizações, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, estudiosos, entre outros agentes, a ampliar sua visão sobre as várias dimensões relacionadas ao desenvolvimento rural. Isso significa a necessidade de pensar novas alternativas socioeconômicas que contribuam para o desenvolvimento rural, assim como as estratégias e políticas públicas de apoio a sua promoção.

No caso de Santa Catarina, por um misto de razões históricas e circunstanciais, não são poucas as famílias que têm encontrado na agroindustrialização rural de pequena escala, em outras atividades de agregação de valor (turismo rural, artesanato, prestação de serviços e outros), e na constituição de redes de cooperação (condomínios, associações e cooperativas) alternativas de ocupação e renda. A diversidade de experiências revela a grande capacidade de empreendedorismo dos agricultores familiares e tem como uma de suas características marcantes a mobilização de recursos sociais de natureza eminentemente local. Além disso, contribui para reforçar a imagem do meio rural como espaço de produção de produtos com qualidade diferenciada e de serviços associados a essa produção. Além de queijos, salames, doces, geleias, conservas e outros produtos e serviços, esses empreendimentos produzem ativos intangíveis que beneficiam o conjunto da economia das respectivas regiões (Dorigon 2008; Storper, 1997).

Embora algumas instituições ou programas de governo tenham contribuído decisivamente para a viabilização de muitas dessas iniciativas, são claras as indicações de que existe muito por fazer para ampliar suas possibilidades de sustentabilidade. Além do bom nível de satisfação demonstrado no levantamento e do interesse de boa parte desses empreendedores em continuar investindo, é necessário reconhecer que a constituição e a consolidação de muitos desses empreendimentos envolvem complexidade maior do que a das atividades agrícolas convencionais. Tal complexidade se amplia ainda mais nos casos que envolvem novos produtos ou sistemas de produção (orgânicos e agroecológicos, por exemplo) que necessitam de novas competências, importantes tanto para quem as fomenta quanto para os empreendedores familiares. Assim, existem desafios relacionados às legislações previdenciária, fiscal, sanitária e ambiental; de acesso a recursos financeiros e serviços públicos; de conhecimentos relacionados à gestão, ao processo produtivo (produção, manipulação, processamento, embalagem, armazenamento), comercialização, divulgação, entre outros, que indicam que a viabilização dessas iniciativas depende dos empreendedores, mas também de ações públicas consistentes e sistemáticas.

As avaliações negativas sobre os resultados de algumas políticas públicas anteriores (ver, por exemplo, Varaschin et al., 2002), as diferentes necessidades encontradas pelos que decidem empreender e as limitações vividas pelos que se propõem a apoiá-los são evidências da necessidade de ações interinstitucionais mais intensas e coordenadas do que têm sido comum. Particularmente para aqueles empreendedores que, por razões políticas, econômicas, sociais e culturais, têm menor capacidade de manifestar seus interesses na esfera pública.

O Programa SC Rural, a depender de seus desdobramentos, é uma iniciativa que pode ajudar nesse desafio. Especialmente se, desde o seu início, demonstrar capacidade de estabelecer parcerias ou complementações com diferentes organizações, programas e políticas que evitem desperdícios de esforços e de recursos financeiros e humanos.

Tão importante quanto a condição para a viabilização das parcerias com “terceiros” é que as organizações responsáveis diretamente pelo SC Rural tenham clareza da importância dessas iniciativas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural catarinense, incluindo a necessidade de trabalharem no sentido de apoiá-las. Experiências anteriores mostram que a disposição das equipes técnicas é uma condição necessária mas insuficiente se o sistema diretivo das organizações não atuar de forma coerente. Mostram, também, que cooperações interinstitucionais são bem mais simples na concepção do que na operacionalização das ações previstas, especialmente

em situações que envolvem organizações executoras com grande diversidade de objetivos/papéis, como é o caso.

Na mesma linha, é importante também que o SC Rural se mostre um programa flexível, ou seja, capaz de adaptar-se à realidade sobre a qual pretende intervir. Nesse caso, algumas indicações da pesquisa realizada pela Epagri – como a grande predominância de empreendimentos individuais ou grupais de poucos sócios, a concentração maior em algumas regiões, a quantidade razoável de iniciativas com pouco tempo de existência, o elevado grau de informalidade – são importantes parâmetros para que se avaliem, desde já, as possíveis dificuldades para sua forma de operacionalização prevista e, mais do que isso, para os redirecionamentos necessários para o alcance do objetivo geral de “aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares em Santa Catarina”. Ainda que se leve em conta a existência de outras ações públicas voltadas a atender essas iniciativas dos agricultores familiares, poucas parecem contar com condições operacionais tão satisfatórias quanto as previstas pelo SC Rural.

Embora esse mapeamento não seja um diagnóstico detalhado de todas as atividades, sugerindo a necessidade de novas pesquisas, considera-se que, para qualquer um dos três casos (agroindústrias, outras atividades de agregação de valor, ou redes de cooperação), dá boas indicações de algumas necessidades e demandas que poderiam ser atendidas pelas políticas públicas. Mostra também a importância socioeconômica das atividades de agregação de valor e organizacionais para esses empreendedores, o que significa dizer que aqueles que se comprometem com os desafios de ampliar e consolidar essas iniciativas estão vindo ao encontro do interesse de milhares de famílias de agricultores familiares, pescadores artesanais e maricultores catarinenses, assim como contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado de Santa Catarina.

Literatura citada

1. ALTMANN, R; MIOR, L.C; ZOLDAN, P. **Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina em 2015**. Florianópolis: Epagri. 2008. 133p.
2. DORIGON, C. **Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em construção**. 2008. 437f. Tese (Doutorado em Ciências de Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
3. DORIGON, C. **O mercado informal dos produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina**. In: V ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO E I ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://estudosdoconsumo.com.br/enec/v-enec/grupos-trabalho/trabalhos-do-gt-05-consumo-alimentar-ideologias-e-movimentos>>. Acesso em: 25 maio 2011.
4. MARCONDES, T. Mudanças no espaço rural de Santa Catarina. **Síntese da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010**, Florianópolis, p.12-24, 2010. Disponível em <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Sintese2001/sintese%2010inteirapdf>> Acesso em: 18 maio 2011.
5. MATTEI, L. Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010**, Florianópolis, p.25-35, 2010. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Sintese2010/sintese20%2010inteira.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2011.
6. MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 318p.
7. OLIVEIRA, J.A.V. de; SCHMIDT, W.; TURNES, V.A. et al. **Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina**. Florianópolis: Cepagro, 1999. 86p.
8. SILVESTRO, M.L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M.A. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 102p.
9. STORPER, M. **The Regional World**. New York/London: The Guilford Press. 1997. 338p.
10. VARASCHIN, V.M.; HEIDEN, F.C.; PAUL, J.M. et al. **Avaliação do Pronaf infra-estrutura e serviços municipais**. Florianópolis: Icepa. 2002. 53p.
11. WILKINSON, J.; MIOR, L.C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.13, p.29-45, 1999.